Cais do Apolo nº 739 – 3° andar - Recife – PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3444/3445/3446

PROAD Nº 1718/2025
Pregão Eletrônico: nº 16/24
Processo Originário: nº 23.183/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 1601/24

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO, com sede no(a) Cais do Apolo nº 739, na cidade de Recife PE, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 02.566.224/0001-90, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para o eventual serviços de captação de imagem, entrevistas, passagem de repórter, locução, narração, sonorização, edição, finalização e todas as etapas necessárias à elaboração dos vídeos para o TRT6, especificado(s) no Termo de Referência, anexo do Edital em epígrafe, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA: MANUEL HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA (M8 ESTÚDIO)

CNPJ: 14.612.316/0001-49

REPRESENTANTE: MANUEL HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA

FONE: (82) 99602-8875

E-MAIL: manuelhenrique@hotmail.com

Itens	Especificação	Unidade de Medida	Qtd	Preço Unitário (R$)
1	Vídeos de ações realizadas pelo TRT6 — **10 minutos.** Número de dias para captação de imagens: 2 (dois) Conforme especificações técnicas no Anexo I	Unid.	02	4.400,00
2	Vídeos de eventos institucionais promovidos pelo TRT6 — **10 minutos.** Número de dias para captação de imagens: 1 (um) Conforme especificações técnicas no Anexo I	Unid.	02	4.340,00
3	Vídeos informativos e educacionais sobre direitos trabalhistas e funcionamento da Justiça da Trabalho — **Até 2 minutos.** Número de dias para captação de imagens: 1 (um) Conforme especificações técnicas no Anexo I	Unid.	20	1.900,00
4	Vídeo de imagens gerais de apoio, com edição: fachadas e ambientes - aéreas, inclusive gravação com drone, para uso posterior em vídeos específicos, com duração de **3 (três) minutos** Vídeo de imagens gerais de apoio, com edição: fachadas e ambientes - aéreas, inclusive gravação com drone, para uso posterior em vídeos específicos, com duração de **3 (três) minutos.** Número de dias para captação de imagens: 2 (dois) Conforme especificações técnicas no Anexo I	Unid.	02	1.800,00

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata (Quando houver).

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO.

3.2. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP**, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

Cais do Apolo nº 739 – 3° andar - Recife – PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3444/3445/3446

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. **DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. **CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

NISE PEDROSO LINS DE SOUSA:00000012
Assinado de forma digital por NISE PEDROSO LINS DE SOUSA:00000012
Dados: 2025.01.30 10:56:09 -03'00'

NISE PEDROSO LINS DE SOUSA
DESEMBARGADORA PRESIDENTE
TRT DA 6ª REGIÃO

gov.br
Documento assinado digitalmente
MANUEL HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA
Data: 29/01/2025 15:36:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MANUEL HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
MANUEL HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA (M8 ESTÚDIO)

Cadastro de reserva

EMPRESA	ITEM
JUAN CARLOS ARAÚJO RODRIGUES CNPJ: 46.583.737/0001-85	01, 02, 03 e 04

Ata nº 01601/2024

Última atualização 30/01/2025

Local: Recife/PE **Órgão:** TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO **Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico

Data de divulgação no PNCP: 30/01/2025 **Data de assinatura:** 30/01/2025 **Vigência:** de 31/01/2025 a 31/01/2026

Id ata PNCP: 00509968000148-1-003877/2024-000001 **Fonte:** Contratos.gov.br

Id contratação PNCP: 00509968000148-1-003877/2024

Objeto:

Contratação de emp.especializada p/ prestação dos serv. de: captação de imagem, entrevistas, passagem de repórter, locução, narração, sonorização, edição, finalização e todas as etapas necessárias à elab. dos vídeos; tradução-interpretação de Libra, p/ a língua portuguesa e vice-versa pré-gravada, audiodescrição pré-gravada e tradução/interpretação de libra simultânea ou consecutiva remota; captação, produção, edição, formatação e registro de fotografias

Arquivos | Histórico

Nome	Data	Tipo	Baixar
Ata de Registro de Preços nº 01601	30/01/2025	Ata de Registro de Preço	

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Cais do Apolo nº 739 - 3º andar - Recife - PE - CEP: 50030-902
FONE: (81) 3225-3440

PROAD Nº 23254/2025.
Pregão Eletrônico: nº 16/24
Processo Originário: nº 23933/2024

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1601/24

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**, com sede no Cais do Apolo, nº 739, 3º andar, Bairro do Recife, Recife – PE, inscrito no CNPJ sob o nº 02.566.224/0001-90, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **RUY SALATHIEL DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA**, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa **MANUEL HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA (M8 ESTÚDIO)**, inscrita no CNPJ sob o nº **14.612.316/0001-49**, neste ato representada por seu representante legal, **MANUEL HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA**, doravante denominada FORNECEDORA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 1601/24, com fundamento no subitem 5.1 da referida Ata e nos artigos 84, da Lei nº 14.133, e 22, do Decreto nº 11.462, de 2023, conforme as disposições a seguir:

1.DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 1601/24, que tem por objeto o registro de preços para contratação eventual e futura de serviços de captação de imagem, entrevistas, passagem de repórter, locução, narração, sonorização, edição, finalização e todas as etapas necessárias à elaboração dos vídeos para o TRT6, conforme as condições pactuadas no edital e em seus anexos.

1.1. Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 1601/24, com a renovação dos quantitativos, por mais 12 (doze) meses, passando sua nova vigência a ser 31/01/2026 a 31/01/2027.

1.2. A prorrogação ocorre em comum acordo entre as partes e considerando a vantajosidade dos novos preços registrados.

2.DO REAJUSTE

2.1. O presente aditivo formaliza, também, o reajuste do valor registrado na ata no percentual de 5,1305%, correspondente à variação do IPCA acumulado de setembro/2024 a agosto/2025, com amparo no Item 5.1 da Ata de Registro de Preços 1601/24, a partir de 31/01/2026 e autorização da Presidência à f. 79.

2.2. Com aplicação do reajuste citado, o valor unitário dos itens ficam alterados conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Qtd	Preço Unitário (R$)
1	Vídeos de ações realizadas pelo TRT6 - 10 minutos. Número de dias para captação de imagens: 02 (dois). Conforme especificações técnicas no Anexo I.	02	4.625,74
2	Vídeos de eventos institucionais promovidos pelo TRT6 - 10 minutos. Número de dias para captação de imagens: 2 (um). Conforme especificações técnicas no Anexo I.	02	4.562,66

3	Vídeos informativos e educacionais sobre direitos trabalhistas e funcionamento da Justiça do Trabalho - Até 2 minutos. Número de dias para captação de imagens: 1 (um). Conforme especificações técnicas no Anexo I.	20	1.997,48
4	Vídeo imagens gerais de apoio, com edição: fachadas e ambientes - aéreas, inclusive gravação com drone, para uso posterior em vídeos específicos, com duração de 3 (três) minutos. Número de dias para captação de imagens: 02 (dois). Conforme especificações técnicas no Anexo I.	02	1.892,35

3.DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº 1601/24 que não foram modificadas por este Termo Aditivo.

4.DA PUBLICAÇÃO

4.1. Este Termo Aditivo será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em cumprimento ao disposto no art. 174, § 2º, IV e V, da Lei nº 14.133/2021, como condição de eficácia.

5.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. E por estarem de pleno acordo, firmam o presente Termo Aditivo.

RUY SALATHIEL DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA:00002738

Assinado de forma digital por RUY SALATHIEL DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA:00002738
Dados: 2026.01.29 17:09:17 -03'00'

RUY SALATHIEL DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA
DESEMBARGADOR PRESIDENTE
TRT DA 6ª REGIÃO

gov.br
Documento assinado digitalmente
MANUEL HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA
Data: 29/01/2026 14:38:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MANUEL HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA
REPRESENTANTE LEGAL
MANUEL HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA (M8 ESTÚDIO)

Ata nº 01601/2024

Última atualização 30/01/2026

Local: Recife/PE **Órgão:** TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO **Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico

Data de divulgação no PNCP: 30/01/2025 **Data de assinatura:** 30/01/2025 **Vigência:** de 31/01/2025 a 31/01/2027

Id ata PNCP: 00509968000148-1-003877/2024-000001 **Fonte:** Contratos.gov.br

Id contratação PNCP: 00509968000148-1-003877/2024

Objeto:

Contratação de emp.especializada p/ prestação dos serv. de: captação de imagem, entrevistas, passagem de repórter, locução, narração, sonorização, edição, finalização e todas as etapas necessárias à elab. dos vídeos; tradução-interpretação de Libra, p/ a língua portuguesa e vice-versa pré-gravada, audiodescrição pré-gravada e tradução/interpretação de libra simultânea ou consecutiva remota; captação, produção, edição, formatação e registro de fotografias

Arquivos | Histórico

Nome	Data/Hora de Inclusão	Tipo	Baixar
Ata de Registro de Preços nº 01601	30/01/2025 - 12:15:15	Ata de Registro de Preço	
TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1601/24	30/01/2026 - 16:39:48	Ata de Registro de Preço	

Exibir: 5 | 1-2 de 2 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Enap
Escola Nacional de Administração Pública

Serpro

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.